



# O uso das mídias móveis por crianças atendidas pelo programa Primeira Infância Melhor (PIM) em Pelotas – RS

**Marcos Roberto Silva de Souza**

Universidade Federal de Pelotas, Faculdade de Medicina, Terapia Ocupacional e Psicologia, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil  
<https://orcid.org/0000-002-6033-7575>

**Giovana Fagundes Luczinski**

Universidade Federal de Pelotas, Faculdade de Medicina, Terapia Ocupacional e Psicologia, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil  
<https://orcid.org/0000-0001-8318-8157>

**Renata Cristina Rocha da Silva**

Universidade Federal de Pelotas, Faculdade de Medicina, Terapia Ocupacional e Psicologia, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil  
<https://orcid.org/0000-0001-6565-5655>

## Introdução

Atualmente, a infância se insere no complexo contexto hipermoderno, no qual a tecnologia é uma importante ferramenta que contribui para propiciar cada vez mais visibilidade social, além do aumento do individualismo (AUBERT, 2004). Estamos rodeados por aparatos tecnológicos em nossa rotina, os quais alteram nossa forma de viver através do uso de uma quantidade cada vez maior de mídias, aparelhos e aplicativos disponíveis. Apesar dos inúmeros ganhos, pensadores como Assemany (2016) e Postman (2005), por exemplo, expressam preocupação com essa mudança de hábitos, que, segundo eles, pode contribuir para o distanciamento das relações e empobrecimento dos afetos, indo ao encontro do que Bauman (2001) chamou de “modernidade líquida”, propensa à mercantilização e à exacerbação do individualismo.

Essa intensidade de mudanças que afeta o adulto tem encontrado eco na infância, pois as crianças aderem a esse universo tecnológico e “líquido” por meio da mediação dos pais e/ou cuidadores, aderindo a ele tanto quanto os adultos. As crianças do século XXI, que já nasceram em meio a essa configuração de dispositivos e de relações, estão mergulhadas em um mar de dados, luzes e sons que instigam sua curiosidade e influenciam seu desenvolvimento (DIAS; BRITO, 2016).

Entretanto, algumas vezes, junto à tamanha sedução, podem eclodir alguns impasses. Uma das preocupações concerne às crianças em formação, como as que se encontram na primeira infância, que são introduzidas nesse universo pela mediação dos cuidadores e que, em sua maioria, fazem uso da tecnologia de forma passiva, sem os processos cognitivos e emocionais biologicamente maturados (BUCKINGHAM, 2007). Assim, torna-se necessário buscar aportes teóricos e metodológicos para mapear e compreender as diversas facetas desse fenômeno.

Este artigo procura investigar o acesso às mídias móveis por crianças de 2 a 4 anos dentro dos lares de famílias atendidas pelo programa Primeira Infância Melhor (PIM), da cidade de Pelotas – RS, Brasil, analisando o tempo de uso, o conteúdo que acessam, bem como os motivos da inserção pelos pais/mães ou cuidadores<sup>1</sup>. O estudo se desenvolveu sob diferentes perspectivas e contextos, partindo da Psicologia em parceria com a Terapia Ocupacional, inserido em um programa de referência internacional em relação ao cuidado da primeira infância, aplicado em áreas de vulnerabilidade e explorando o tema das tecnologias móveis.

Este texto se debruça sobre essas questões a partir do seguinte percurso: primeiramente, apresenta o PIM, que constitui o campo no qual a presente pesquisa se desenvolve. São apresentadas suas premissas, seus objetivos e características enquanto política pública voltada à infância. Em seguida, a própria noção de infância é problematizada como construção histórica, em permanente movimento, sendo colocada em diálogo com estudos a respeito da interação com as mídias móveis. Por fim, são apresentados e discutidos os resultados da aplicação do questionário produzido para avaliar a utilização das mídias por crianças de 2 a 4 anos em 25 famílias que participaram da pesquisa.

---

<sup>1</sup> Cuidador, para o programa PIM, é aquela pessoa que está responsável pela criança no momento do cadastro ou mesmo nas visitas, e será nesse sentido que adotaremos o termo neste trabalho.

## Programa Primeira Infância Melhor (PIM)

O programa PIM surgiu no ano de 2003 e se tornou uma política pública na gestão estadual do governo do Rio Grande do Sul através da lei estadual nº 12.544, de 3 de julho de 2006 (SCHNEIDER; RAMIRES, 2007). O PIM é direcionado a famílias que possuem crianças de 0 a 6 anos e a gestantes, sendo priorizadas aquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade social, beneficiárias de programas do governo, como o Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e outros.

As ações integram políticas de atenção à criança, ofertadas de forma gratuita e sem obrigatoriedade, buscando acolher o desenvolvimento integral da primeira infância. O PIM, enquanto programa de política pública, desenvolve sua metodologia inspirado em pressupostos da Teoria Histórico-Cultural, da Psicologia do Desenvolvimento e dos estudos no campo das Neurociências, considerando as relações entre os vínculos afetivos e o desenvolvimento cerebral inicial (PIAGET, 1961; SCHNEIDER; RAMIRES, 2007; VYGOTSKY, 1984).

Além disso, os idealizadores foram buscar embasamento em outros países e encontraram em Cuba aquele que seria adotado como modelo de referência no PIM: um projeto criado em 1992 chamado *Educa a tu Hijo*, do Centro de Referência Latinoamericano para La Educación Preescolar (Celep). O apoio dos especialistas do Celep/Cuba se somou a outros órgãos internacionais, como a Unesco, por meio de um projeto para Cooperação Técnica Internacional, e ao Unicef (SCHNEIDER; RAMIRES, 2007).

O programa se preocupa com o desenvolvimento pleno das capacidades físicas, intelectuais, sociais e emocionais da criança e, de modo intersetorial, articula esforços das esferas estadual e municipal, da sociedade civil e de vários setores interessados. Também conta com 247 municípios atendidos e 2.714 visitantes habilitados, que, juntos, atendem cerca de 54.280 famílias, 8.142 gestantes e 59.708 crianças, segundo o levantamento de dados colhidos em agosto de 2018 no Sistema de Informação do Primeira Infância Melhor (SISPIM, 2018).

Em cada município, o PIM goza de certa liberdade para gerir suas atividades de acordo com a dinâmica de funcionamento municipal. Por exemplo, em algumas cidades, a seleção de pessoal ocorre por meio de concurso público e, em outras, como é o caso de Pelotas – RS, acontece por meio da contratação de estagiários bolsistas. As ações são executadas por uma equipe composta por representantes do grupo técnico municipal (GTM), pelos supervisores e pelos visitantes. Os representantes do GTM têm a função de coordenar todas as atividades realizadas no município. O papel dos supervisores é capacitar e orientar os visitantes, auxiliar nas visitas domiciliares e orientar as famílias. Já os visitantes têm a função de cadastrar as famílias e confeccionar atividades lúdicas de acordo com as orientações do Guia da Família (RIO GRANDE DO SUL, 2016a), que indica a brincadeira adequada para cada faixa etária, bem como para cada área do desenvolvimento infantil a ser potencializada, tendo em vista as análises da família e o Marco Zero<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Marco Zero é um documento de avaliação trazido no Guia da Família (RIO GRANDE DO SUL, 2016a) e que é utilizado pelo visitante nas primeiras visitas. Nele constarão as potencialidades já adquiridas pela criança até dado momento.

Em cada visita, de aproximadamente 50 minutos, o visitador busca ouvir e orientar as mães sobre formas de interagir com seus filhos, construindo atividades lúdicas que propiciem, por meio do brincar mediado entre mãe e criança, novas formas de aprendizado. Isso ocorre em visitas quinzenais para crianças a partir de dois anos e meio que estão se desenvolvendo de acordo com o esperado nos guias e marcos, e os que estão abaixo, semanalmente até atingirem os indicadores. As brincadeiras do PIM buscam promover aprendizado e desenvolvimento, inclusive físico, por meio das orientações e capacitações às mães para cada faixa etária, baseando-se no Marco Zero e na Tabela de Ganhos<sup>3</sup>.

Cada visitador fica responsável, em média, por 20 a 25 famílias, incluindo gestantes, com a incumbência de executar as visitas domiciliares nos horários previamente acordados com as mesmas. Busca-se auxiliar no desenvolvimento global da criança, potencializando as áreas motora, cognitiva, de comunicação-linguagem, socioafetiva (iniciando por aquela que a equipe, junto com a família, considerar prioritária), embasado sempre, respectivamente, no Guia da Família e no Guia da Gestante (RIO GRANDE DO SUL, 2016a, 2016b). Dessa forma, o PIM instiga os pais e/ou cuidadores para que sejam, eles próprios, críticos e evocadores do progresso de seus filhos (ZORZAN, 2012).

Para ser um visitador bolsista, o programa exige alguns pré-requisitos. Nos anos de 2018 a 2020, foram os seguintes: ser maior de 18 anos e estar cursando entre o 1º e o 4º semestre dos cursos de licenciatura em Pedagogia, Letras, Ciências Sociais, Educação Física, Matemática e Filosofia, além dos cursos de Terapia Ocupacional, Enfermagem, Nutrição e Psicologia, sendo que esses cursos deveriam estar vinculados a universidades parceiras da prefeitura local. Cada visitador, em sua formação, se depara com diferentes facetas da complexidade de ser criança na contemporaneidade, tema que merece contínuas reflexões.

## Ser criança – primeira infância

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) designa como criança toda pessoa até 12 anos de idade incompletos (BRASIL, 1990). Para a Convenção dos Direitos da Criança, de 1989, considera-se a idade de 18 anos como fim da infância, estabelecendo o período de conquista dos direitos cívicos, como o direito ao voto.

Os termos “infância” e “criança”, bem como o tratamento despendido a essa etapa da vida, são atravessados por fatores políticos e econômicos, influenciados por marcadores sócio-históricos, como classe social, raça e gênero, entre outros (GOUVÊA, 2009). A palavra “infância” e a definição do “ser criança”, que culminam no tratamento diferenciado a esse público, podem ser consideradas relativamente recentes na história humana.

Ariès (1978) relata em seus estudos que, por muito tempo, a criança foi considerada um ser inferior, um miniadulto sem muito valor. Somente após os séculos XVI e XVII, a infância passou a ser motivo de relevância e preocupação devido, em parte, à formação educacional que passou a segregar as crianças por faixa de idade. Ou seja, passa a existir uma categorização social da criança quando se percebe a necessidade de tratamentos

---

3 A Tabela de Ganhos tem o mesmo molde do documento Marco Zero, porém este tem a finalidade de fazer uma avaliação periódica, que verifica o desempenho de desenvolvimento das crianças, obedecendo à seguinte periodicidade: até 1 ano, avaliação trimestral; e de 1 a 6 anos, avaliação semestral.

diferenciados para a mesma. É preciso ressaltar que a infância, enquanto fase específica, aparece concomitantemente ao capitalismo industrial urbano, com a inserção da criança nos mais diferentes papéis sociais, sendo, portanto, uma construção da modernidade (KUHLMANN, 2001).

Quanto ao termo “primeira infância”, no Brasil, considera-se, geralmente, o período que inicia com o nascimento do bebê e tem seu término aos seis anos de idade (BRASIL, 2016). Segundo Tavares et al. (2007), é particularmente nos dois primeiros anos de vida que se dá o maior ganho no desenvolvimento do ser humano. Concordando com os autores, estudos demonstram quão significativa é essa fase, pois, especialmente nos primeiros mil dias, ocorre uma janela de oportunidades para adotar atitudes e moldar hábitos que irão, a partir da relação com o meio, influenciar permanentemente a vida da criança (BHUTTA; AHMED; BLACK, 2008; VENANCIO, 2020). Principalmente nesse período são essenciais o afeto, o toque e a presença dos pais e/ou cuidadores.

Quanto ao desenvolvimento infantil, faz-se importante mencionar a definição trazida pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPS), que diz tratar-se de um processo amplo, o qual se inicia com o nascimento do bebê e segue com a maturação do corpo físico, do psiquismo, de aspectos neurológicos e das habilidades sociais, de modo a integrar esse novo ser ao mundo, em consonância com os estímulos do meio em que está inserido (OPS, 2005). Correntes contemporâneas da Psicologia, como a perspectiva fenomenológica, têm considerado o desenvolvimento da pessoa como um processo em constante movimento, ocorrendo sempre de forma singular, mesmo que haja condicionantes biológicos e ambientais (FEIJOO; PROTÁSIO; GILL, 2015). Nesse sentido, são perspectivas que se complementam.

No imaginário social contemporâneo ainda é recente a compreensão de criança a partir de uma perspectiva historicizada, que a considera capaz de cocriar a sociedade em que vive, tendo algum protagonismo (DAHLBERG; MOSS; PENCE, 2003). Mudar comportamentos historicamente enraizados a partir de novas percepções permanece sendo um desafio para a sociedade atual, que ainda delega às crianças um lugar civilizatório subalternizado. A capacidade de fornecer a elas bens materiais e acesso a instituições faz parte de um caminho de valorização, mas não significa, automaticamente, uma escuta real de suas necessidades. Por isso, é preciso fomentar reflexões constantes sobre os fatores que atravessam a infância em suas múltiplas facetas.

## Mídias móveis e crianças – uma realidade contemporânea

O século XX inaugurou o tempo das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), enquanto, no século XXI, vivenciamos a era das Tecnologias Digitais. Estas integram a chamada sociedade do conhecimento, caracterizada pelo amplo acesso à informação por meio de recursos interativos e colaborativos que permitem novas experiências mediadas por *cyber* espaços (MORO; ESTABEL, 2019). Nesse sentido, as mídias móveis, como celulares, *smartphones*, *tablets*, *laptops*, entre outros, se destacam por trazer, em um só aparelho, serviços de telefonia, internet, aplicativos e inúmeras funções. Além de serem aparatos de fácil manuseio e praticidade, permitem que as pessoas se tornem nômades virtuais dentro das relações sociais (ATTALI, 2003).

A respeito das relações na era virtual, vemos especificidades no processo de interlocução entre as mídias móveis e os “nativos digitais”, termo adotado por Prensky (2001) para se referir à geração de pessoas nascidas após 1980, familiarizadas com a tecnologia digital, frutos de um mundo hiper conectado. Nas residências dos nativos digitais, a chance de haver uma variedade de recursos tecnológicos é maior, o que facilita o acesso de seus filhos. Corroborando essa informação, Christakis (2014) afirma que crianças da primeira infância que crescem em um ambiente multitelas estão mais propensas a estar conectadas precocemente às mídias.

Sánchez-Teruel e Robles-Bello (2016) falam da importância da família na construção de exemplos quanto ao uso das mídias, mas estas, muitas vezes, não sabem como regular os acessos dos filhos, extrapolando o uso devido à familiaridade com as TICs. Nesse sentido, Dias e Brito (2016), em seu estudo qualitativo exploratório em solo europeu, com amostra de 18 países (10 famílias em cada 1, com crianças de 6 a 8 anos de idade), demonstram que os pais nativos digitais são mais permissivos quanto à utilização dos dispositivos e apresentam a própria disposição para o experimento como espelho para os filhos.

As mídias móveis chegaram até o universo infantil de maneira a substituir muitos brinquedos e brincadeiras tradicionais. Souza e Salgado (2009) evidenciam que as mídias móveis promovem mudanças no universo lúdico, voltado cada vez mais a animações, *videogames*, filmes, jogos e *websites*, em voga, propagados pelos meios digitais. Essas mídias passam a ser usadas também para fazer das crianças um elo entre marcas e compradores em potencial, no caso, seus cuidadores (KARSAKLIAN, 2008). Sob a lógica do capitalismo, que predomina na cultura global, surgem diversas instâncias com foco na criança como consumidora.

A tecnologia, quando substitui a relação mediadora da brincadeira ativa, como pondera Pimenta (1986), pode contribuir para que, futuramente, jovens busquem em outros meios a compensação para a escassez de tais relações. Santos (2015) ressalta o aumento de pesquisas que exploram fatores como irritabilidade, isolamento social, além de outras questões associadas evocadas pela superexposição de crianças às mídias móveis.

Recentemente, um estudo de coorte canadense fez um levantamento com mais de 2 mil crianças de 2 anos de idade e concluiu que elas estavam passando mais de 17 horas por semana em frente a telas de eletrônicos. Aos 3 anos, essa média passava para 25 horas. O estudo, embora não conclua que o uso de tecnologias esteja diretamente relacionado, expõe resultados em associação com atrasos no desenvolvimento otimizado relativo à faixa etária (MADIGAN et al., 2019).

Contudo, Amante (2007) pondera que, assim como autores alertam para os malefícios pontuais causados pela superexposição às mídias, outros afirmam que uma exposição cuidadosa, de acordo com a faixa etária, pode ser uma aliada na construção da aprendizagem das crianças, seja no desenvolvimento da linguagem, na construção do pensamento matemático ou mesmo em relação ao conhecimento e ao contato com outras realidades sociais e culturais.



Em 2019, tanto a Organização Mundial da Saúde (OMS) quanto a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) lançaram recomendações acerca do uso de mídias eletrônicas por crianças menores de 5 anos na busca de reduzir o sedentarismo e a obesidade. Segundo a organização, crianças menores de 12 meses não devem ser expostas a nenhum estímulo desse tipo e crianças até 5 anos não devem passar mais do que 60 minutos em frente às telas de *smartphone*, *tablets*, TVs, entre outras mídias; além disso, devem ser estimuladas a praticar atividades físicas ou atividades voltadas para o mundo concreto, não apenas o virtual (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2019). A SBP (2019) reforça as orientações para evitar a exposição de crianças menores de 2 anos às telas e, seguindo as orientações da OMS, limitar em até uma hora por dia o uso de telas por crianças de 2 a 5 anos.

Com o intuito de compreender a incidência das mídias móveis na infância em um recorte da população residente na cidade de Pelotas – RS, atendida pelo PIM em 2018–2019, surgiu a necessidade de desenvolver uma pesquisa empírica. Foi eleita a faixa da primeira infância em virtude dos poucos estudos no Brasil que exploram a exposição de crianças nessa etapa do desenvolvimento às mídias móveis.

## Metodologia

O caminho da presente pesquisa se deu por meio de um estudo de campo com um delineamento quantitativo descritivo, que, segundo Lakatos e Marconi (2003), se propõe a registrar, descrever, quantificar e interpretar as principais características de um fenômeno por meio de investigação empírica usando-se recursos como entrevistas, questionários e outros.

A escolha da amostra se deu por conveniência devido ao fato de o pesquisador ser monitor<sup>4</sup> da região e, portanto, ter o acesso às famílias facilitado. Nesse sentido, para composição da amostra, foram utilizadas informações contidas no banco de dados do PIM, tendo sido elencadas as 28 famílias de sete regiões de vulnerabilidade social que se encaixavam nas condições para a pesquisa. Destas, três famílias não puderam colaborar com a pesquisa, então foram entrevistadas 25 cuidadoras, com crianças na faixa etária de 2 a 4 anos, idade que corresponde aos chamados *digitoods* – nascidos após o surgimento dos *smartphones* (HOLLOWAY; GREEN; LOVE, 2014).

Além disso, é a partir dos 2 anos, consoante com Rappaport, Fiori e Davis (1981), que as crianças começam a exprimir uma forma de comunicação mais ativa, experimentando modos simbólicos de representação, sendo um período no qual as possibilidades de interação social tendem a ser ampliadas. Por observação tácita, essa é a faixa etária em que os familiares e cuidadores mais tendem a buscar meios de entretenimento para as crianças, utilizando-se, atualmente, do recurso da mediação midiática. A idade limítrofe, no entanto, deu-se por razões práticas, por ser a idade em que a criança passa a frequentar a pré-escola e deixa de ser atendida pelo programa PIM.

---

4 Função extinta a partir de 2019, no PIM Pelotas/RS, quando o programa passa a fazer parte do Programa Nacional Criança Feliz. A função de supervisão dos visitantes passa a ser de supervisores – funcionários contratados vinculados à Assistência Social, CRAS, do município.

O trabalho foi desenvolvido em seis etapas, iniciando pelas tratativas com a coordenação do PIM com a apresentação do projeto e a solicitação de autorização para a realização do estudo. Posteriormente, após aprovação do projeto pela coordenação do PIM e pelo Comitê de Ética<sup>5</sup> da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Brasil, foi realizado o processo de confeccionar o cronograma de visitas domiciliares. Para a execução das visitas foi realizada uma reunião com os visitantes do PIM que atendiam a região demarcada para identificar os endereços das famílias e combinar a data e o horário das visitas do pesquisador, que seriam sempre no contraturno dos atendimentos do programa.

Após o aceite de um dos pais/cuidadores ou do responsável legal da criança, assinava-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para a aplicação de um questionário. As últimas etapas foram dedicadas a tratar os dados colhidos e proceder à análise, fechando, como parte de um acordo com o PIM, com a distribuição de folhetos explicativos às famílias acerca das recomendações do uso das mídias móveis por crianças, desenvolvido de acordo com as recomendações da SBP (2019).

Para realizar este estudo foi elaborado um questionário contendo perguntas fechadas voltadas para analisar as condições socioeconômicas da família da criança, verificar a exposição às mídias eletrônicas e elucidar possíveis questões associadas a essa exposição. Foram formuladas perguntas como: “Quantos aparelhos de mídias móveis existem na residência? (celulares, *tablets*)”; “Quanto tempo, em média, seu(sua) filho(a) passa, durante o dia, interagindo com celulares e/ ou *tablets*”; “Qual hora do dia ele(a) mais interage com os aparelhos móveis?”; “O que ele(a) mais faz uso?”; “Você pensa que a exposição às mídias móveis – celulares e/ ou *tablets* – tem deixado seu filho(a) mais inteligente?”; “O que leva você a deixar que seu filho(a) interaja com aparelhos de mídias móveis?”. As possibilidades de respostas eram objetivas, numéricas ou, tomando esse último exemplo, traziam opções como: “( ) para se acalmar; ( ) para que eu consiga realizar as tarefas de casa; ( ) porque ele gosta mais do que qualquer outro brinquedo; ( ) todas as alternativas anteriores”.

O questionário foi aplicado em tempo médio de 30 minutos, na presença do pesquisador, que acompanhava o preenchimento e elucidava eventuais dúvidas. Os dados coletados e tratados foram organizados em uma tabela criada por meio de uma planilha no programa Microsoft Excel, versão 2013, e analisados por estatística descritiva. As variáveis estão descritas na forma de frequência absoluta e relativa e média.

---

5 Cabe ressaltar que a pesquisa segue as determinações da Resolução do Conselho Nacional de Saúde, nº 510, de 7 de abril de 2016, que normatizam as condições das pesquisas que envolvem seres humanos, aprovada no CEP na UFPel, com o número CAAE: 07059019.3.000.5317.



As variáveis de interesse neste estudo foram as seguintes:

- Dados socioeconômico-demográficos;
- Sexo;
- Escolaridade (dos pais ou responsáveis – anos de estudo);
- Renda familiar;
- Situação conjugal (com companheiro/a ou sem companheiro/a);
- Raça (dos pais e/ou cuidadores);
- Idade;
- Números de filhos;
- Número de aparelhos de mídias móveis;
- Tempo de imersão nas mídias móveis (dos cuidadores e das crianças);
- Início de imersão da criança nas mídias móveis;
- Principais motivadores de imersão nas mídias móveis;
- Fatores decorrentes do uso das mídias móveis.

## Resultados

A totalidade das cuidadoras entrevistadas era do sexo feminino, moradoras de bairros periféricos da cidade de Pelotas – RS. Os resultados também expõem que as cuidadoras eram mulheres com idade média de 33 anos, sendo que 20 se declararam casadas, 4 eram divorciadas e 1 viúva. A maior parte delas, 14 mulheres, se declararam brancas, enquanto 7 eram negras e 4 pardas. Tinham renda de até um salário mínimo, média de 3,6 filhos e na residência moravam, em média, 4,8 pessoas. Em relação à escolaridade, 6 concluíram ao menos o ensino fundamental, 14 não concluíram o ensino fundamental e 5 concluíram o ensino médio. Quanto aos dados das crianças, em um total de 25, 14 eram do sexo masculino e 11 do sexo feminino, sendo a média de idade de 2,32 anos.

Os resultados demonstram, ainda, que todas as famílias, sem distinção de região, possuíam acesso às mídias móveis, sendo que existia, em média, 2,84 aparelhos móveis por residência. O tempo declarado de acesso às mídias, por família, ficou na faixa de 0 a 2 horas. Em relação às crianças, 17 possuíam acesso às mídias móveis e seu tempo de acesso ficou entre 0 e 1 hora por dia. Merece destaque o fato de que 8 cuidadoras responderam que não apresentaram nenhuma mídia às crianças. Em geral, as cuidadoras se disseram satisfeitas com o tempo de acesso de seus filhos. 13 delas não acreditavam que as crianças estivessem se beneficiando cognitivamente por associação ao uso das mídias móveis.

Os achados também trazem, de forma marcante, que o início da exposição se deu por volta dos seis meses de idade. As responsáveis pela primeira exposição foram majoritariamente as mães, com 11 resultados, seguidas das avós, com 4 respostas, e 1 resultado para pai, bem como 1 resultado para outro parente ou conhecido. daquelas que apresentaram mídias móveis a seus filhos, as grandes motivações foram a distração e a tentativa de acalmar a criança em situações de estresse. Encontramos 4 respostas para o uso como forma auxiliar de educação.

Em outra questão, 12 das 25 entrevistadas acreditam que as mídias trazem mais prejuízos do que benefícios para as crianças, entre estes, desatenção, birras e sedentarismo. Em contraponto, 5 cuidadoras acreditam que a exposição traz mais benefícios do que prejuízos e listam como benefícios a aquisição de linguagem e melhora na cognição. Outras 5 cuidadoras pensam que o benefício ou o prejuízo dependem do conteúdo a que se expõe a criança e 3 cuidadoras não souberam responder.

Verificamos que, em 13 respostas relativas às crianças, os conteúdos mais acessados foram desenhos animados, seguidos por jogos ou vídeos de usuários jogando. Todas as cuidadoras declararam não perceber que as crianças estivessem trocando as brincadeiras pelos aparelhos móveis. Quanto ao acesso noturno, 13 cuidadoras relataram não deixar que os filhos ficassem conectados antes de dormir, ao passo que em 4 crianças verificou-se permissão de acesso durante a noite, sendo que uma delas tinha o hábito de ficar com o aparelho móvel até adormecer. Ao mesmo tempo, 15 das 17 cuidadoras que permitiam o acesso às mídias não acreditavam que os filhos estivessem dormindo menos devido ao uso.

Em relação ao uso das mídias móveis durante as refeições, 20 cuidadoras relataram não ter esse hábito. Verificamos que apenas 3 crianças faziam algum tipo de acesso enquanto comiam. Com relação à mudança de comportamento nas crianças, 9 cuidadoras que permitiam acesso relataram alguma alteração de comportamento enquanto usavam a mídia, sendo as mais notadas a birra e a ansiedade. Quando a mídia móvel era retirada da criança, 8 cuidadoras perceberam alguma mudança no comportamento. Dentre as alterações relatadas, a mais percebida foi a braveza, seguida de agitação e agressividade física para com o outro ou consigo mesmo, esta última sendo notada por 8 cuidadoras.

## Discussões

Esta pesquisa, em seu recorte específico, nos leva a algumas considerações. Faz-se mister analisar como ocorrem a introdução e a mediação das mídias pelos pais e/ou cuidadores quando a criança ainda nem compreende o dispositivo que está à sua frente (BUCKINGHAM, 2007). Os dados encontrados corroboram as colocações do estudo de Dias e Brito (2016) quando expõem que, geralmente, a interação tem início em forma de artifício de entretenimento usado logo que o bebê esboça seus primeiros sinais relacionais.

Nesse sentido, a tecnologia serve de consolo para o choro ou como lazer e distração, confirmando os dados encontrados, nos quais o primeiro contato se deu, majoritariamente, entre os seis meses e dois anos de idade. As mídias móveis são apontadas pelas respondentes desta pesquisa como tendo a vantagem do acesso à internet e, portanto, serem interativas, tanto para cuidadoras quanto para as crianças. Desse modo, o uso passa a ser justificado como uma boa ferramenta para que as crianças se acalmem, dando espaço para que as cuidadoras se ocupem de outros afazeres.

Os dados expõem que as crianças, de modo geral, não possuem tanto acesso às mídias móveis quanto se esperava inicialmente. daquelas que tinham acesso, 12 não ultrapassavam uma hora por dia de uso, sendo esses dados semelhantes aos observados em relação ao tempo de acesso das cuidadoras. Contudo, as adultas possuíam maiores frequências de uso, acima de 2 horas/dia de acesso. Por serem famílias que residem longe do centro urbano, podemos inferir que tais crianças teriam maiores possibilidades de brincadeiras em espaços externos, longe das telas e com maiores interações sociais.

As condições socioeconômicas também podem interferir no acesso às plataformas e serviços digitais. De acordo com a Common Sense Media (2011), quanto maior o poder aquisitivo da família, maiores as possibilidades de acesso a plataformas digitais. Isso encontra eco nesta pesquisa, em que, por exemplo, a maioria absoluta das entrevistadas é de famílias de baixa renda, nas quais o acesso à internet se dá por pacote de dados e os celulares são de uso comum, limitando, portanto, o uso de telas.

Quando as cuidadoras relatam que as crianças não trocaram as brincadeiras tradicionais pelo meio eletrônico, voltamo-nos para Gouvêa (2009), que enfatiza o brincar como a essência da criança, que busca na brincadeira a compreensão do real à sua volta. Nesse sentido, a dimensão lúdica pode estar também associada à tecnologia, desde que haja interação, imaginação e invenção. Sabemos que a sociedade atual tem dificuldades de vivenciar o tédio e, como nos relata Assemany (2016), a superestimulação evita o tédio, mas pode retirar da criança oportunidades de criação. Podemos refletir que a conservação do brincar tradicional em detrimento do apego às mídias móveis, relatada pelas cuidadoras, nessa região, pode estar relacionada, também, com a própria atuação do PIM.

A mediação entre cuidador e criança, proporcionada pelo visitador durante as visitas do PIM, tem justamente o objetivo de incentivar o brincar tradicional, o criar e sua construção na relação, sendo o programa um agente de fortalecimento de vínculos que incentiva atividades lúdicas. Isso explicaria também o fato de o acesso às mídias ter um aumento à noite, quando as possibilidades de brincadeiras ao ar livre são mais restritas e as cuidadoras precisam encontrar artifícios para entreter as crianças dentro de casa.

Sobre esse tipo de acesso, convém mencionar os achados de Lemola et al. (2015), bem como Paiva e Costa (2015), apontando que o uso prolongado de telas nesse horário pode afetar a qualidade do sono, influenciando na concentração durante o dia, gerando cansaço e desmotivação para outras atividades. No entanto, não foi registrado nesta pesquisa nenhum dado que corrobore essa informação.

Existe, ainda, decorrente do excesso de uso da tecnologia, o risco de má postura, na qual o sedentarismo ganha forma até mesmo na infância, que sempre foi associada à agitação e à curiosidade, acarretando outros problemas associados. Contudo, na presente pesquisa, apenas uma cuidadora percebeu uma alteração física na criança, relacionando-a à postura associada ao uso da mídia. Da mesma forma, foram escassos os achados acerca de déficits visuais, alimentares e de sono, mas em 3 crianças foi relatada alguma alteração visual considerável atribuída pelas cuidadoras ao uso das mídias móveis. Dentro das mudanças de comportamento com a mídia, ao retirá-la, percebeu-se mais frequentemente a reação de agressividade.

Os dados da presente pesquisa apontam o maior acesso das crianças a desenhos animados, porém mesmo estes devem ser observados de perto para reprimir conteúdos desnecessários e impróprios à faixa etária. A SBP (2016) recomenda, além do acesso reduzido às telas para as crianças, uma interação maior entre pais/mães e/ou filhas, tendo em vista que os pais e/ou cuidadores são os exemplos principais das crianças. Diante do exposto, verifica-se relevância na figura do mediador entre a mídia e a criança. Ressalta-se a importância de que sejam desenvolvidas pesquisas direcionadas à compreensão da forma como se dá essa mediação, e não apenas à quantificação do uso. Isso aponta um limite do presente estudo e um foco para sua continuidade, por meio de pesquisas qualitativas, no futuro.

## Telas, crianças e a COVID-19

A coleta de dados deste estudo teve seu término antes que o mundo fosse assolado pela pandemia do novo coronavírus, que rapidamente se espalhou por todos os continentes. A partir de então, as telas passaram a estar cada vez mais presentes no cotidiano de adultos e crianças, servindo como uma das ferramentas de divulgação e orientação sobre o vírus, bem como forma de manter as pessoas dentro de suas casas, como uma das medidas de contenção do vírus, em virtude da necessidade do distanciamento social. Assim, o uso das tecnologias digitais entre crianças se ampliou como alternativa às brincadeiras grupais fora de casa, como forma de entretenimento e de comunicação a distância (jogos on-line, entre outros).

O contexto familiar das crianças foi afetado pela pandemia, e as situações estressoras vivenciadas se intensificaram. As incertezas ligadas a questões econômicas, de saúde, o medo, a ansiedade, entre outros atravessadores que permeiam o cenário dos cuidadores, não passam despercebidos pelas crianças, nem mesmo as menores, que tiveram suas rotinas e vínculos alterados, levando a um misto de sentimentos. Os dados recentes do Núcleo Ciência pela Infância (NCPI) revelam que esse período tem feito surgir nas crianças sintomas de desatenção, preocupação, problemas com o sono, falta de apetite, dependência excessiva dos pais, entre outros (NCPI, 2020). Nesse cenário, as mídias podem servir como um artifício para cuidadores e crianças.

Mata et al. (2020) discutem os dilemas relacionados a esse uso, destacando as mídias como ferramenta de comunicação entre familiares e amigos, envolvendo inclusive as crianças da primeira infância, e como forma de auxílio na educação de crianças maiores. Os autores esboçam preocupação com o tempo excessivo de eletrônicos disponibilizado às crianças, reforçando a figura do mediador, que fará o “filtro” da quantidade e da qualidade do conteúdo acessado por elas. É importante que cuidadores minimamente planejem um roteiro de acesso às telas a fim de minimizar os efeitos causados pelo abuso de exposição.

## Considerações finais

Este artigo apresenta uma pesquisa desenvolvida no contexto do PIM, programa mundialmente reconhecido, no que tange ao cuidado da primeira infância e seus atravessadores na cidade de Pelotas – RS. Trouxemos à baila algumas provocações acerca do conceito de infância e como essa fase da vida, na atualidade, interage diretamente com as mídias móveis e outros aparatos tecnológicos frutos da geração hiperconectada.

A pesquisa, apesar de contar com um público pouco expressivo, devido às características da região pesquisada, expõe algumas nuances que permeiam os estudos acerca dos benefícios e/ou malefícios do uso das tecnologias móveis por crianças. Estas são vistas por diferentes ângulos: ora sendo defendidas como benéficas por estimular várias áreas do desenvolvimento infantil, ora sendo condenadas por apresentar mais males do que ganhos, consideradas um estímulo à desconexão com a realidade. No tocante à primeira infância, seu uso é desaconselhado pela SBP e pela OMS.

Contudo, o estudo traz dados que amenizam a preocupação referente à interação com as mídias móveis em relação às crianças atendidas pelo PIM em Pelotas – RS. Encontra-se uma baixa utilização no grupo pesquisado, mesmo que ultrapassem as recomendações da SBP, que indica que esse tipo de exposição seja inexistente para

a faixa de idade dessas crianças. Chama atenção a importância da figura do mediador entre a mídia e a criança, já que ele se configura não somente como um balizador de conteúdo, mas também como um exemplo para a mesma, contribuindo para maior ou menor exposição.

Precisamos considerar o fato de as famílias pesquisadas serem famílias numerosas, em sua maioria, nas quais as cuidadoras precisam dar atenção a mais pessoas e afazeres, sendo a mídia vista, majoritariamente, como auxílio de entretenimento e/ou para que possam realizar as tarefas diárias. Nesse sentido, a pesquisa demonstra que as cuidadoras acreditam que a exposição às mídias móveis não oferece ganhos e que deve ser limitada, enxergando-as como um brinquedo para entretenimento momentâneo.

Não podemos negar os benefícios das mídias para a sociedade atual, nem queremos criticar o uso da tecnologia nas brincadeiras de crianças mais velhas. Tampouco podemos julgar o uso como artifício de entretenimento por parte das famílias, pois, muitas vezes, tem-se uma aliada efetiva no sentido de manter a criança em segurança dentro de casa. No entanto, tendo em vista as recomendações de diferentes entidades acerca do uso das telas para crianças na primeira infância, alertamos para o fato de que precisam ser pensadas medidas de conscientização sobre o bom uso para que elas sejam mais bem aproveitadas, sem excessos.

Nesse sentido, como um dos resultados desta pesquisa, foi construída e distribuída uma cartilha sobre o uso das mídias móveis para as famílias atendidas pelo PIM na cidade de Pelotas. Avaliando a necessidade de pesquisas futuras e identificando uma limitação do presente estudo, ressaltamos a importância em se fazer uma investigação qualitativa com a análise de entrevistas abertas para aprofundar as vivências de cuidadores/as ou crianças. Estas podem ser comparadas com os dados quantitativos coletados a fim de ampliar a compreensão dos fenômenos associados ao tempo de uso de telas das crianças.

Cabe a nós, profissionais e pesquisadores, a conjunção de esforços com escolas, famílias e comunidades para seguir compreendendo esse fenômeno. Principalmente no momento atual, e diante dos estudos aqui elencados, reafirmamos que essas temáticas merecem nossa constante atenção e esforço investigativo.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMANTE, L. As TIC na escola e no jardim de infância: motivos e fatores para a sua integração. **Sísifo: Revista de Ciências da Educação**, v. 3, n. 3 p. 51-64, 2007. Disponível: <<http://sisifo.ie.ulisboa.pt/index.php/sisifo/article/view/61>>. Acesso em: 26 nov. 2019.
- ARIÈS, P. **História social da infância e da família**. Rio de Janeiro: LCT, 1978.
- ASSEMANY, N. M. Superestimulação na infância: uma questão contemporânea. **Cad. psicanal.**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 34, p. 231-243, jun. 2016. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-62952016000100012&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-62952016000100012&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 14 ago. 2021.
- ATTALI, J. **L'Hommenomade**. Paris: Fayard, 2003.
- AUBERT, N. (Org.). **L'individu hypermoderne**. Ramonville Saint-Agne: Éditions Érès, 2004.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BHUTTA, Z. A.; AHMED, T.; BLACK, R. E. What works? Interventions for maternal and child undernutrition and survival. **Lancet**, v. 371, ed. 9610, p. 417-440, 2008. Disponível em: <[https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(07\)61693-6](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(07)61693-6)>. Acesso em: 21 jun. 2019.
- BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=8069&ano=1990&ato=461cXRq1keFpWT13a>>. Acesso em: 21 jun. 2019.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 13.257, de 08 de março de 2016**. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância. Brasília, 2016. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm)>. Acesso em: 21 jun. 2019.
- BUCKINGHAM, D. **Crescer na era das mídias digitais**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- CHRISTAKIS, C. Interactive media use at younger than the age of 2 years: time to rethink the American Academy of Pediatrics guideline. **JAMA Pediatr.**, v. 168, n. 5, p. 399-400, 2014.
- COMMON SENSE MEDIA. **Zero to eight: children's media use in America**. USA: Common Sense Media, 2011. Disponível em: <[https://www.ftc.gov/sites/default/files/documents/public\\_comments/california-00325%20Ao/00325-82243.pdf](https://www.ftc.gov/sites/default/files/documents/public_comments/california-00325%20Ao/00325-82243.pdf)>. Acesso em: 21 jun. 2020.
- DAHLBERG, G.; MOSS, P.; PENCE, A. **Qualidade na educação da primeira infância: perspectiva pós-moderna**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- DIAS, P.; BRITO, R. **Crianças (0 a 8 anos) e tecnologias digitais: um estudo quantitativo exploratório**. Relatório Nacional Portugal. Lisboa: Centro de Estudos Comunicação e Cultura, 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.14/19160>>. Acesso em: 10 jun. 2019.
- FEIJOO, A. M. C. L.; PROTÁSIO, M. M.; GILL, D. Considerações sobre o desenvolvimento infantil em uma perspectiva existencial. In: FEIJOO, A. M. L. C.; FEIJOO, E. L. (Orgs.). **Ser criança: uma compreensão existencial da experiência infantil**. Rio de Janeiro: Edições IFEN, 2015. p.115-164.
- GOUVÊA, M. C. S. Infância: entre a anterioridade e a alteridade. In: SOUTO, K. C. N. et al. (Org.). **A infância na mídia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 13-45.



- HOLLOWAY, D.; GREEN, L.; LOVE, C. It's all about the apps: parental mediation of pre-schoolers digital lives. **Media International Australia**, v. 153, n. 1, p. 148-156, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/1329878X1415300117>>. Acesso em: 20 jun. 2019.
- KARSAKLIAN, E. **Comportamento do consumidor**. 2 ed. São Paulo: Atlas S.A., 2008.
- KUHLMANN, J. M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LEMOLA, S. et al. Adolescents' electronic media use at night, sleep disturbance, and depressive symptoms in the smartphone age. **Springer**, v. 44, p. 405-418, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s10964-014-0176-x>>. Acesso em: 20 jun. 2019.
- MADIGAN, S. et al. Associação entre o tempo de tela e o desempenho das crianças em um teste de triagem de desenvolvimento. **Jama Pediatrics**, v. 173, n. 3, p. 244-250, 2019. Disponível em: <<https://jamanetwork.com/journals/jamapediatrics/fullarticle/2722666>>. Acesso em: 12 jun. 2019.
- MATA, I. R. S. et al. As implicações da pandemia da COVID-19 na saúde mental e no comportamento das crianças. **Resid. Pediatr.**, v. 10, n. 3, p. 1-5, 2020. Disponível em: <<https://residenciapediatrica.com.br/detalhes/643/as%20implicacoes%20da%20pandemia%20da%20covid-19%20na%20saude%20mental%20e%20no%20comportamento%20das%20criancas>>. Acesso em: 12 mar. 2021.
- MORO, E. L. S.; ESTABEL, L. B. As tecnologias de informação e de comunicação no processo de ensino e de aprendizagem. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 15, n. 34, p. 1-21, 22 nov. 2019. Disponível em: <<https://rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/1607/882>>. Acesso em: 22 abr. 2020.
- NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **OMS divulga recomendações sobre uso de aparelhos eletrônicos por crianças de até 5 anos**. 29 abr. 2019. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/press-centre/press-releases>>. Acesso em: 11 jun. 2019.
- NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA. NCPI. **Repercussões da pandemia de COVID-19 no desenvolvimento infantil**. Tradução Melissa Harkin. São Paulo: Fundação Marília Cecília Souto Vidigal, 2020. Disponível em: <<https://ncpi.org.br/publicacoes/wp-pandemia/>>. Acesso em: 22 jan. 2022.
- ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. OPS. **Manual para vigilância do desenvolvimento no contexto da AIDPI**. Washington D.C.: OPAS, 2005.
- PAIVA, N. M. N.; COSTA, J. S. A influência da tecnologia na infância: desenvolvimento ou ameaça? **Psicologia.pt**, v. 1, p. 1-13, 2015. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0839.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2019.
- PIAGET, J. **La formación del símbolo em el niño**. México: Editorial, Fondo de Cultura Económica, 1961.
- PIMENTA, A. C. **Sonhar, brincar, criar, interpretar**. São Paulo: Ática, 1986.
- POSTMAN, N. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 2005.
- PRENSKY, M. Digital natives, digital immigrants – part 1. **On The Horizon**, v. 9, n. 5, p. 1-6, set. 2001. Disponível em: <<https://doi.org/10.1108/10748120110424816>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

- RAPPAPORT, C. R.; FIORI, W. R.; DAVIS, C. **Psicologia do desenvolvimento: a idade pré-escolar**. Vol. 3. São Paulo: EPU, 1981.
- RIO GRANDE DO SUL. **Programa Primeira Infância Melhor: guia da família**. 7. ed. Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2016a.
- \_\_\_\_\_. **Programa Primeira Infância Melhor: guia da gestante**. 7. ed. Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2016b.
- SÁNCHEZ-TERUEL, D.; ROBLES-BELLO, M. A. Riesgos y potencialidades de la era digital para la infancia y la adolescencia. **Educación y Humanismo**, v. 18, n. 31, p. 186-204, dez. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.17081/eduhum.18.31.1374>>. Acesso em: 21 jan. 2021.
- SANTOS, J. Uso de tecnologia por crianças: benefício ou perda da infância. **Gazeta do Povo**. 20 abr. 2015. Sempre Família. Disponível em: <<https://www.semprefamilia.com.br/tecnologia/uso-de-tecnologia-por-criancas-beneficio-ou-perda-da-infancia/>>. Acesso em: 20 abr. 2019.
- SCHNEIDER, A.; RAMIRES, V. R. **Primeira Infância Melhor: uma inovação em política pública**. Brasília: Unesco, Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, 2007.
- SISTEMA DE INFORMAÇÃO PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR. SISPIM. **PIM-Dados**. Porto Alegre: Secretaria Estadual da Saúde/RS, 2018. Disponível em: <<http://www.pim.saude.rs.gov.br/site/o-pim/dados/>>. Acesso em: 18 abr. 2019.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. SBP. **SBP lança conjunto de orientações em defesa da “Saúde das crianças e adolescentes na Era Digital”**. 6 nov. 2016. Disponível em: <<https://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/sbp-lanca-conjunto-de-orientacoes-em-defesa-da-saude-das-criancas-e-adolescentes-na-era-digital/>>. Acesso em: 20 nov. 2019.
- \_\_\_\_\_. **SBP lança manual de orientação #MENOS TELAS #MAIS SAÚDE**. 12 dez. 2019. Disponível em: <<https://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/menostelas-mais-saude/>>. Acesso em: 20 nov. 2019.
- SOUZA, S. J.; SALGADO, R. G. A Criança na idade mídia: reflexões sobre cultura lúdica, capitalismo e educação. In: SARMENTO, M.; GOUVÊA, M. C. S. (Orgs.). **Estudos da infância: educação e práticas sociais – Vol. 2**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009. p. 207-221.
- TAVARES, J. et al. **Manual de psicologia do desenvolvimento e aprendizagem**. Porto: Porto Editora, 2007.
- VENANCIO, S. I. Why invest in early childhood? **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 28, e3253, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1518-8345.0000-3253>>. Acesso em: 25 jan. 2022.
- YIGOTSKY, L. S. **Formação social da mente**. Tradução José Cippola Neto, Luis Silveira Menna Barreto e Solange Castro Afeche. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- ZORZAN, S. P. **Gestão de qualidade em educação: a experiência do programa Primeira Infância Melhor**. 2012. 73 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2012.

**RESUMO** Este artigo apresenta um estudo com 25 famílias atendidas pelo programa Primeira Infância Melhor (PIM) na cidade de Pelotas – RS, Brasil, que investigou o uso das mídias por crianças entre 2 e 4 anos de idade. Por meio de um questionário foram coletados dados sociodemográficos e características das famílias, como o uso das tecnologias na interação com as crianças. A maioria das cuidadoras eram mulheres brancas e casadas, com média de idade de 33 anos e renda na faixa de 1 salário mínimo. Foi verificada a média de 2,84 aparelhos celulares por residência e, entre as crianças, o maior descritor de tempo de acesso foi de 1 hora diária, predominantemente durante o dia. A análise dos dados nessa população contraria uma realidade na qual crianças estão cada vez mais conectadas. Entretanto, a literatura enfatiza esse tempo como excessivo para a faixa etária pesquisada, sendo importante fomentar a discussão interdisciplinar.

**Palavras-chave:** primeira infância, PIM, mídias móveis, infância e tecnologia.

**El uso de medios móviles por niños asistidos por el programa Primeira Infância Melhor (PIM) en Pelotas – RS**

**RESUMEN** Este artículo presenta un estudio con 25 familias asistidas por el Programa Primeira Infância Melhor (PIM) en la ciudad de Pelotas – RS, Brasil, que investigó el uso de los medios por niños entre 2 y 4 años. A través de un cuestionario se recogieron datos sociodemográficos y características familiares, como el uso de tecnologías en la interacción con los niños. La mayoría de los cuidadores eran mujeres blancas y casadas con edad promedio de 33 años y renda, alrededor de, 1 salario mínimo. Se verificó un promedio de 2,84 celulares por residencia y, entre los niños, el mayor descriptor de tiempo de acceso fue de 1 hora por día, predominantemente durante el día. El análisis de datos en esta población contradice una realidad en la que los niños están cada vez más conectados. Sin embargo, la literatura enfatiza este tiempo como excesivo para el grupo de edad estudiado, siendo importante fomentar la discusión interdisciplinaria.

**Palabras clave:** primera infancia, PIM, medios móviles, infancia y tecnología.

**Exposure to mobile media in children attended by Primeira Infância Melhor (PIM) program in Pelotas – RS**

**ABSTRACT** This paper presents a study with 25 families assisted by the Primeira Infância Melhor Program (PIM) in Pelotas – RS, Brazil, which investigated the use of media by children between 2 and 4 years old. Through a questionnaire, socio-demographic data and characteristics of the families were collected, such as the use of technologies in the interaction with children. Most of the caregivers were white and married women, with a mean age of 33 years and income in the range of 1 minimum wage. It was verified the average of 2.84 cell phones per residence and, among the children, the highest descriptor of access time was 1 hour daily, predominantly during the day. The data analysis in this population contradicts a reality in which children are increasingly connected. However, the literature emphasizes this amount of time as excessive for the age group researched, and it is important to foster interdisciplinary discussion.

**Keywords:** early childhood, PIM, mobile media, childhood and technology.

**DATA DE RECEBIMENTO:** 15/09/2021

**DATA DE APROVAÇÃO:** 23/02/2022



**Marcos Roberto Silva de Souza**

Psicólogo Clínico Infantil, Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel, Brasil. Especialista em Psicologia Infantil pela Faculdade Venda Nova do Imigrante – Faveni, Brasil.

**E-mail:** [marcosroberto02012@gmail.com](mailto:marcosroberto02012@gmail.com)



**Giovana Fagundes Luczinski**

Psicóloga. Doutora em Psicologia Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, Brasil. Mestre em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, Brasil. Professora Adjunta do curso de Psicologia da Universidade Federal de Pelotas – UFPel, Brasil.

**E-mail:** [giovana.luczinski@gmail.com](mailto:giovana.luczinski@gmail.com)



**Renata Cristina Rocha da Silva**

Terapeuta Ocupacional. Mestre em Ciências Médicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Brasil. Doutora em Ciências Cirúrgicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Docente do curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, Brasil.

**E-mail:** [renatatoufpel@gmail.com](mailto:renatatoufpel@gmail.com)